

“Relação dos Habitantes do Districto de Santo Antonio do Juiz de Fóra ...”: as Listas Nominativas de 1831 e algumas características de sua população

Jonis Freire*

Resumo:

O presente trabalho tem como objetivo traçar algumas características das populações livre e cativa do Distrito de Santo Antonio do Juiz de Fora (atual Juiz de Fora), situado na Zona da Mata Mineira, tendo como fonte principal as Listas Nominativas de 1831/32. A partir das variáveis apresentadas nesta fonte, procuramos tecer considerações acerca dos fogos/domicílios, bem como dos indivíduos (livres/escravos/libertos). Apesar de apresentar dados sobre população do Distrito em um momento específico, a análise das Listas permitiu conhecer aspectos da formação do local, dos chefes de domicílio, seus escravos e agregados. O estudo de determinadas variáveis demográficas possibilitaram perceber que a localidade, que veio a se constituir como a maior produtora de café e possuidora de cativos das Minas Gerais, esteve fortemente ancorada em uma população escravizada e de origem africana.

* Doutor em História pela Unicamp/Cecult.

Os estudos sobre Minas Gerais oitocentista já há algum tempo vêm utilizando-se de uma base empírica muito importante para o conhecimento da sociedade daquela época, que “são [aparentemente] fragmentos de dois censos provinciais”.¹ Essas fontes são as Listas Nominativas de Habitantes de 1831/1832, uma iniciativa do Governo Provincial e que trazem dados sobre os proprietários que residiam nos distritos mineiros por município.

Esses são conjuntos documentais que, sem dúvida, possibilitam perceber de que forma estavam estabelecidos os fogos/domicílios² da atual Juiz de Fora, na primeira metade do século XIX, seja do ponto de vista econômico seja do demográfico.³ As variáveis encontradas na mesma possibilitam um entendimento, ainda que em um período determinado, sobre o sistema escravista da localidade e sobre como ele estava organizado no começo do século XIX, momento em que começou a se dar o plantio do café, seu principal produto de exportação naquele século.

Nestas Listas encontramos a “Relação dos Habitantes do Distrito de Santo Antonio do Juiz de Fora, Termo da Nobre e muito Leal Vila de Barbacena”.⁴ Foram listados 118 fogos, o mesmo número de chefes de fogo, correspondendo a um total de 1419 indivíduos, entre homens e mulheres; adultos e crianças; livres, escravos e libertos/forros. Cabe ressaltar, que este número corresponde aos indivíduos listados por José Bastos Pinto, responsável pela feitura de tal mapa, entretanto, outros podem não ter sido recenseados.

Esta relação dos habitantes, segundo consta de sua última folha, foi concluída no dia 18 de novembro de 1831. O recenseador, ao assinar o término dela, lançou os seguintes dados: fogos, 118; habitantes, 1419, sendo livres 586 (destes 23 eram libertos/forros) e cativos 833. Porém, uma incursão às fontes nos levou à constatação que houve um erro por parte de José Bastos Pinto. Na verdade, o número total dos habitantes recenseado era de 1422, três a mais do que o exposto por ele,

¹ PAIVA, Clotilde Andrade & ARNAUT Luiz D. H. “Fontes para o estudo de Minas oitocentista: listas nominativas.” *Anais do V Seminário sobre a Economia Mineira*. Belo Horizonte: CEDEPLAR/FACE/UFMG, 1990, p. 85-106, p. 89. Poucas são as Listas Nominativas para a Província mineira *vis a vis* as encontradas para a Província paulista, por exemplo, que foram produzidas desde 1765 até mais ou menos 1830. Sobre estas listas paulistas conferir MARCÍLIO, Maria L. *Crescimento demográfico e evolução agrária paulista: 1700-1836*. São Paulo: Hucitec, Edusp, 2000.

² Vários são os trabalhos que tentam propor uma tipologia dos termos fogo e domicílio, como por exemplo: COSTA, Iraci Del Nero. *Populações mineiras: sobre a estrutura populacional de alguns núcleos mineiros no alvorecer do século XIX*. São Paulo: IPE/USP, 1981. Após o manuseio com as Listas da primeira metade, do século XIX, Clotilde Paiva e Luiz Arnaut chegam à conclusão que as listas sugerem que, “os termos família e fogo/domicílio se referiam a mesma realidade: um grupo doméstico, com ou sem a presença de relações de parentesco, sob a autoridade de um mesmo chefe.” PAIVA & Arnaut, op.cit., p. 97. Ainda a esse respeito, Slenes ressalta que “‘Fogo’ corresponde mais ao termo ‘houseful’, cunhado por Peter Laslett, do que ao ‘household’, pois o mesmo fogo frequentemente pode incluir vários grupos domésticos (por exemplo, os de escravos e de ‘agregados’ livres), além do grupo da família do senhor. O que une esses grupos na ótica do recenseador parece ser sua atividade econômica em comum e uma hierarquia de supersubordinação, além de sua proximidade residencial.” SLENES, Robert. *Na senzala uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava, Brasil sudeste, século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999, p. 117.

³ Douglas Libby, analisando a justificativa e a necessidade de tais censos, esclarece, utilizando-se do ofício de 1831, que as Listas foram feitas para o “exacto e detalhado conhecimento do estado da população e da indústria” como “convindo muito ao Serviço Nacional e ao bem dos povos”. LIBBY, Douglas. *Transformação e trabalho em uma economia escravista: Minas Gerais no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1988, p. 29.

⁴ Mapas de população. Distrito de Santo Antonio do Juiz de Fora, termo de Barbacena, 1831. APM. Caixa 09; Documento 04.

indivíduos estes recenseados como livres.⁵ Ainda sobre o número de fogos, existiam dois listados com o número 59. Neste caso o recenseador deixou uma observação entre eles dizendo se tratar de “huma so caza”.⁶

Na confecção da Lista, além do número dos fogos e os nomes dos indivíduos residentes, havia outras cinco variáveis presentes: “Qualidades”; “Condições”; “Idades”; “Estados” e “Ocupações”. O recenseador as classificou da seguinte forma: na primeira delas foram listados os indivíduos descritos por ele como branco(a), africano(a), crioulo(a), pardo(a), cabra. Na segunda, cativo(a), liberto(a), forro(a), livre. A terceira e a quarta variáveis arrolaram, respectivamente, as idades dos habitantes e se eram casados, solteiros ou viúvos. Na última encontramos menção sobre as ocupações dos indivíduos que habitavam aqueles fogos, tais como roceiro, lavrador, administrador, feitor, etc. É difícil de entender a variedade de vocabulário utilizada pelo recenseador. Talvez utiliza-se algumas dessas palavras como sinônimos.

Existia ainda um elemento que marcava esta sociedade, qual seja, o da nomeação das cores aos indivíduos que ali habitavam. A Tabela I foi confeccionada a partir dos dados extraídos de um dos termos descritos na Lista, denominado pelo recenseador como “Qualidades”. Neste item José Bastos Pinto listou todos os recenseados, designando-os como branco(a); africano(a); crioulo(a); pardo(a) e cabra, o que para nós seria uma mistura entre o que designamos como origem e cor.⁷

Tabela I
Condição social e cor da população do Distrito de Santo Antonio do Juiz de Fora, 1831

Cor / Condição social	Branco	%	Pardo	%	Cabra	%	Não consta	%	Total	%
Livre	259	100	293	77,5	-	-	14	1,8	566	39,8
Escravo	-	-	77	20,4	02	66,7	754	96,4	833	58,6
Liberto/forro	-	-	08	2,1	01	33,3	14	1,8	23	1,6
Total	259	100	378	100	03	100	782	100	1422	100

Fonte: Mapas de população. Distrito de Santo Antonio do Juiz de Fora, Termo da Nobre e Muito Leal Vila de Barbacena, 1831. Arquivo Público Mineiro (Doravante APM). Caixa 09; Documento 04.

Talvez essa miscelânea de “adjetivos” tenha se dado com o intuito de demarcar as ascendências dos indivíduos. O próprio nome “Qualidades” pode indicar que havia, por parte do recenseador, uma tentativa de agrupar aquelas pessoas atribuindo a um ou outro grupo (livres; escravos e libertos/forros) características que os aproximava ou os distanciava de uma possível

⁵ Esses tipos de erros ou omissões parecem ter sido característicos de grande parte dos responsáveis pela feitura dos censos nas mais variadas regiões da Colônia e do Império do Brasil. Para a historiadora Ivana Stolze Lima: “Entre os representantes do governo houve muita resistência ou indolência para preparar tabelas, conferir informações e, sobretudo, fazer com que elas fossem dadas, assim como entre os habitantes, que se esquivaram, temendo impostos, recrutamento, ou às vezes – quem sabe? – a própria classificação”. LIMA, Ivana Stolze. *Cores, marcas e falas: sentidos da mestiçagem no Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003, p. 90.

⁶ Mapas de população. Distrito de Santo Antonio do Juiz de Fora, termo de Barbacena, 1831. APM. Caixa 09; Documento 04.

⁷ Sobre os significados e classificação dos cativos por meio da cor são elucidativos os trabalhos de KARASCH, Mary C. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. LIMA, Ivana Stolze. Op. cit.

origem cativa. Portanto, essa designação estava vinculada à questão da ascendência africana do indivíduo.⁸

No Distrito de Santo Antonio do Juiz de Fora o termo pardo designava tanto escravos como uma grande parcela dos livres. Temos a maioria dos livres pardos entre adultos e idosos, alguns com uma idade bastante avançada. Talvez a melhor forma para fazê-los não se esquecer de sua origem, bem como alertar “à boa sociedade” de então, fosse atribuir a eles a “Qualidade” pardo(a).

Havia um número reduzido de libertos nesse Distrito, e ao mesmo tempo um elevado percentual de pardos entre os livres. Teria havido uma tendência a silenciar a condição de “liberto”? Uma hipótese que podemos levantar para esse alto número de pardos entre os livres é a de que, muitos deles fossem de fato libertos. Isso é muito provável, e talvez tenha ocorrido. O liberto carregava várias restrições, como o exercício de elegibilidade para cargos públicos, direitos políticos, dentre outros. A tendência seria a de que o liberto, à medida que fosse se distanciando da escravidão, passasse cada vez mais a adquirir vários direitos de livre. Ninguém ficaria lembrando a sua condição pretérita.

Outra conjectura que pode ser feita é que muitos desses pardos livres, na verdade libertos, vieram de outras regiões. Ao chegarem nessa nova área de fronteira, já com certo cabedal, podiam muito bem se passar por homens de condição livre, o que lhes permitia abrir o seu futuro para qualquer possibilidade. Esses “desconhecidos” que chegavam não tinham necessariamente que declarar serem libertos. Podiam se dizer livres, ainda mais se possuíssem, por exemplo, escravos e/ou pecúlio, ou seja, uma certa condição que lhes proporcionasse sustentar seu *status* de livre, mesmo que não o fossem. Se esse foi o caso, deviam guardar “na gaveta” suas cartas de alforria, para se defender de qualquer tentativa de reescravização. Talvez tais hipóteses possam explicar o número muito baixo de libertos entre a população (1,6%). A não ser que houvesse uma dinâmica costumeira de se passar de liberto para livre, o que é pouco provável.

Hebe Mattos argumentou que o termo “pardo” designava o indivíduo que tinha “a marca de sua ascendência africana – fosse mestiço ou não”. Para Sheila de Castro Faria este termo geralmente se referia a filho de forros e, portanto, seria a primeira geração de descendentes de escravos nascidos livres. Ivana Stolze considerou que na relação entre cor e condição social dos diferentes estratos da população:

Os brancos estariam, nesse caso, explicitamente acima da inquirição sobre a condição. Ser branco já dispensaria dessa classificação. Por outro lado, entre “pardos” e “pretos” tornava-se importante distinguir quem era livre e quem era escravo, linha que se tornava cada vez

⁸ Como bem assinalou Ivana Stolze Lima: “A variação dos designativos raciais e de identidade obedecia a práticas específicas. (...) a relação do Império com as cores de sua população oscilou segundo o olhar do recenseador, que foi constringido por diferentes variáveis e situações, e esta longe de ser um seguidor fiel das instruções.” LIMA, Ivana Stolze. Op. cit., p. 89-90.

mais tênue, à medida que avançava o século e a crise da escravidão. (...) o termo pardo parece por si só indicar o nascimento no país, o que não acontecia para o preto.⁹

O percentual de escravos “sem cor” (não consta), 96,4%, é de difícil explicação, talvez o recenseador tenha achado que por pertencer à condição cativa aqueles indivíduos não necessitassem de uma indicação à cor da pele. Ou mais provável ainda, ser cativo denotava uma única possibilidade de “cor” provavelmente “preta”, bastante conhecida por aquela sociedade e que não demandava maiores especificações. A descrição da “cor” dos cativos possivelmente só ocorria caso ela fosse indicativa de relações entre desiguais (livres e escravos), gerando um fruto que possuía atributos físicos diferentes do “padrão” dos cativos da época. Talvez seja essa a explicação para os 77 escravos descritos como pardos 20,4%; aos dois escravos, 66,7%; e a um liberto/forro, 33,3%, indicados como cabra.

Nesse momento de consolidação desta localidade enquanto importante centro produtor de café, o recenseamento nos permitiu perceber como estavam distribuídas as propriedades, bem como conhecer os 118 chefes de domicílio recenseados¹⁰ Tabela II.

Tabela II
Distribuição dos fogos de acordo com o sexo e a cor dos chefes no Distrito de Santo Antonio do Juiz de Fora, 1831

Cor Sexo	Branco(a)	%	Pardo(a)*	%	Crioulo forro	%	Crioulo(a) livre	%	Total	%
Masculino	49	41,5	51	43,2	01	0,9	02	1,6	103	87,3
Feminino	04	3,4	10	8,5	-	-	01	0,9	15	12,7
Total	53	44,9	61	51,7	01	0,9	03	2,6	118	100

Fonte: Mapas de população. Distrito de Santo Antonio do Juiz de Fora, Termo da Nobre e Muito Leal Vila de Barbacena, 1831. APM. Caixa 09; Documento 04. *Não está incluso Manoel Veloso, pardo, de quarenta e dois anos, casado, roceiro, possuidor de um cativo, e que dividia a mesma casa no fogo de número 59, com Silvanna Maria, parda, viúva de quarenta e oito anos, também roceira. Como Silvanna foi a primeira a encabeçar o fogo apenas ela foi computada.

A maioria dos chefes dos fogos era composta por pessoas de cor parda, havia 61 indivíduos, sendo 51 homens e 10 mulheres, 51,7%. Em seguida temos os designados como branco, totalizando 53 pessoas, 44,9%; 49 homens e 04 mulheres. Logo a seguir vinham os crioulos, estes filhos de escravos africanos, nascidos no Brasil, encabeçaram a chefia de quatro fogos e foram descritos da seguinte maneira: 02 crioulos e 01 crioula livres, 2,6%; e 01 crioulo forro, 0,9% do total dos fogos.

Essa divisão dos domicílios de acordo com a cor da primeira pessoa recenseada parece evidenciar o comportamento descrito por Clotilde Paiva e Herbert Klein. Utilizando a mesma fonte para estudar o município urbano de Campanha, localizado no sul de Minas, os autores apontaram que era comum nas Minas Gerais oitocentista um maior número de pardos livres entre os habitantes, e um número menor destes designados como brancos. “Enquanto no restante da província os

⁹ MATTOS, Hebe Maria. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no Sudeste escravista – Brasil, século XIX*. 2 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998, p. 29-30. FARIA, Sheila Siqueira de Castro. *A colônia em movimento: fortuna e família no cotidiano colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998. LIMA, Ivana Stolze. Op. cit., p. 99-123.

¹⁰ Os chefes são os primeiros indivíduos recenseados em cada fogo/domicílio.

brancos constituíam minoria, quase dois terços dos habitantes livres de Campanha eram registrados como brancos, cifra mais alta do que a vigente em Minas na década de 1830, onde menos da metade da população livre era branca.”¹¹

Os chefes do fogo/domicílio eram em sua maioria homens, 103 indivíduos (87,3%), os outros 15 eram mulheres, 12,7%. Os 67 escravistas¹² recenseados por aquela lista foram na maior parte homens 83,8%, enquanto que as mulheres apenas 16,2%. De todos os escravistas 70,1% eram casados; 19,4% solteiros e 10,5% viúvos, sendo que dentre estes últimos havia seis mulheres e apenas um homem. A média de idades dos escravistas, homens e mulheres, era de 45,1 anos, um pouco menor do que em Mogi das Cruzes, 49,3, no início do século XIX, estudada por Jonas Rafael dos Santos.¹³ Para os proprietários em geral essa média foi de 42 anos. Saber a relação entre a idade dos proprietários e o tamanho de suas posses em escravos é importante, pois como bem ressaltou Renato Leite Marcondes:

O patrimônio alcançado pelos indivíduos relaciona-se com a idade dos mesmos, bem como a sua renda. Além de outros fatores, o estoque de ativos das pessoas varia de acordo com as diversas etapas de suas vidas. Esta correlação não corre, apenas, de forma direta entre as duas variáveis, pois em determinadas fases mostra-se positiva e, em outras, negativa.¹⁴

Herbert Gutman, em estudos sobre a região do Caribe, desenvolveu uma relação entre a evolução da escravaria e a idade dos seus possuidores, na qual ganhou destaque a família escrava, cuja formação e reprodução natural estariam bastante marcadas pelo ciclo de vida de seus senhores num ciclo de destruição, construção e dispersão que influenciariam a estabilidade dos laços familiares e de parentesco.¹⁵

No Brasil essa hipótese foi testada por alguns pesquisadores, como Alida Metcalf, José Flavio Motta, Carlos Bacellar e Iraci Del Nero da Costa. Este último pesquisador, em estudo sobre o ciclo de vida e as posses de escravos, desenvolveu uma hipótese sobre a relação entre a média de escravos e as faixas de idade dos proprietários, de acordo com ele:

¹¹ PAIVA, Clotilde A. & KLEIN, Herbert. S. “Escravos e livres nas Minas Gerais.” *Estudos Econômicos*, São Paulo, v.22, n.1, pág. 129-151, jan.- abr., 1992, pág. 134.

¹² Consideramos como escravistas todos os possuidores de cativos, desta maneira, incluímos os dois indivíduos listados no fogo 59.

¹³ SANTOS, Jonas Rafael dos. “Senhores e escravos: a estrutura da posse de escravos em Mogi das Cruzes no início do século XIX.” *Estudos de História*, Franca, v.9, nº.2, 2002.

¹⁴ MARCONDES, Renato Leite. *A arte de acumular na economia cafeeira: Vale do Paraíba, século XIX*. Lorena, SP: Editora Stiliano, 1998, p. 269.

¹⁵ GUTMAN, Herbert. *The black family in slavery and freedom, 1750-1925*. New York: Vintage Books, 1976. Segundo Marcondes, a síntese do raciocínio desenvolvido por Gutman partia da seguinte argumentação: “A formação do plantel ocorreria na juventude do escravista por meio de compras e doações recebidas. Na meia-idade do proprietário haveria a estabilização da força de trabalho e o crescimento das relações familiares, abrindo condições propícias para a reprodução natural no âmbito familiar. Ao final de sua vida, o escravista dispersaria a força de trabalho cativa, com doações, vendas e divisões do plantel rompendo os laços de parentesco, ou quando ocorresse sua morte se dividiria os seus escravos.” MARCONDES, op. cit., p. 272.

(...) a posse de escravos era pequena na faixa etária mais baixa (20 a 39 anos) porque os senhores estavam começando a sua vida produtiva; alta na faixa etária intermediária (40 a 69 anos), devido aos senhores atingirem o auge na sua vida produtiva; e baixa novamente a partir dos 70 anos, em função da morte dos senhores ou adiantamento de heranças ou dotes, que ocasionavam muitas vezes a repartição dos escravos entre os membros da família.¹⁶

Utilizando-nos desta metodologia, podemos perceber que no Distrito de Santo Antonio do Juiz de Fora, os proprietários entre 20 e 39 anos possuíam uma média em torno de 9,5 escravos; alcançando 14,3 entre os 40 e 69; enquanto que a partir dos 70 anos ou mais essa média cai para 7,0 cativos por proprietário; evidenciando o mesmo ritmo exposto pelo pesquisador.

É preciso, porém, ter-se em consideração que essas faixas de idade são tendências bastante fluidas, pois podem ocorrer vários mecanismos de acúmulo e perda de fortuna, principalmente no tocante ao capital empregado em escravos. A própria hipótese da repartição dos escravos, por dote ou herança imputada aos proprietários acima dos 70 anos, pode ocorrer em outras fases da vida de um chefe de família. Entretanto, cremos que, resguardadas as especificidades, essas faixas são de grande importância para o conhecimento da dinâmica do ciclo de vida dos senhores escravistas.

É interessante destacar que quando aplicamos a teoria do ciclo de vida desenvolvida por Iraci Costa dentro das três faixas do tamanho de posse em escravos, notamos uma mudança daquele comportamento nas pequenas posses de escravos (1–20 cativos). Primeiramente, essa faixa possuiu proprietários com as mais variadas idades, tendo os mais jovens 22 anos e o mais velho 78. Os senhores entre 20 e 39 anos possuíam uma média de 3,9 cativos, os das idades intermediárias, entre 40 e 69 anos contavam com uma média de 4,9, seguindo o padrão já indicado por Costa. Porém, aqueles com idades acima dos 70 anos, ao contrário do que poderia se esperar, ou seja, um decréscimo no número de cativos em suas posses, contavam com a maior média dos cativos, 7,0, pouco menor do que a soma das duas outras faixas. Nas outras duas faixas (20–40 e 41+ escravos), nossos números reforçam os padrões apresentados por Costa, sendo que havia uma particularidade entre os senhores entre 20 e 39 anos. Encontramos uma maioria de senhores com idades a partir dos 41 anos, tendo o mais idoso 66 anos, ou seja, dentro daquelas faixas que o pesquisador considera como sendo as possuidoras da maior posse de escravos por proprietário. Entre os 09 médios proprietários de escravos constatamos uma média de 36 cativos entre os senhores com 20 a 39 anos (somente um senhor com 35 anos de idade) e 29,9 escravos para os proprietários com idades entre 40 a 69 anos. Já para os quatro grandes senhores essas médias foram para as duas faixas de idade,

¹⁶ COSTA, Iraci Del Nero. “Nota sobre ciclo de vida e posse de escravos.” *História: Questões e Debates* v. 4, n 6, p. 121-127, jun., 1983. MOTTA, José Flavio. *Corpos escravos, vontades livres: posse de cativos e família escrava em Bananal (1801-1829)*. São Paulo: FAPESP: Annablume, 1999. METCALF, Alida C. Vida familiar dos escravos em São Paulo no século dezoito: o caso de Santana de Parnaíba. São Paulo. *Estudos Econômicos*, 17(2), Maio/Ago., 1987. BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. *Os senhores da terra: família e sistema sucessório de engenho do Oeste paulista, 1765-1855*. Campinas, SP: CMU/Unicamp, 1997.

respectivamente, 62 (apenas um escravista com 36 anos) e 81 mancípios. Não havia senhores com mais de 70 anos entre os médios e grandes proprietários.

Tabela III
Tamanho da posse em escravos, origem e percentual dos cativos, Distrito de Santo Antonio do Juiz de Fora, 1831

Posses com ou sem cativos Origem e número de cativos	Posses sem cativos		Pequena* (1 – 20 escravos)		Média (21 – 40 escravos)		Grande (41 - + escravos)		Total	
Número de fogos	51	43,2%	54	45,8%	09	7,6%	04	3,4%	118	100%
Africanos	-	-	147	58,1%	158	57,5%	167	54,8%	472	56,7%
Crioulos	-	-	94	37,2%	89	32,3%	99	32,4%	282	33,9%
Pardos	-	-	12	4,7%	26	9,5%	39	12,8%	77	9,2%
Cabras	-	-	-	-	02	0,7%	-	-	02	0,2%
Número de cativos	-	-	253	100%	275	100%	305	100%	833	100%

Fonte: Mapas de população. Distrito de Santo Antonio do Juiz de Fora, Termo da Nobre e Muito Leal Vila de Barbacena, 1831. APM. Caixa 09; Documento 04. *Os moradores do fogo 59, são contados apenas uma vez, mas, seus cativos africanos estão contemplados na tabela, cada um contava à época.

Os não-proprietários de cativos encontraram-se presentes naquela lista. Podemos observar na Tabela III que existiam muitos fogos que não contavam, à época, com qualquer tipo de mão-de-obra escrava num total de 51, 43,2% do total. Ao que parece, alguns eram ex-escravos ou seus descendentes, pode-se chegar a essa conclusão já que muitas daquelas pessoas foram designadas como pardo/parda e em alguns casos como crioulo forro, crioulo livre e crioulo. Indivíduos que de alguma forma conseguiram obter pecúlio, fixando-se naquele Distrito, contando com o trabalho familiar na tentativa de manter suas propriedades.¹⁷

A falta de interesse ou a incapacidade de acumular impedia pelo menos uma parcela destes indivíduos atingir a condição de escravistas. Por outro lado, a mão-de-obra familiar também contribuía para a possibilidade de manutenção de suas atividades sem a necessidade de recorrer à cativa.¹⁸

Este deve ter sido o caso, por exemplo, de José Albino pardo, livre de 34 anos, casado com Francisca Antonia, também parda, 24 anos, e pai de Domingos pardo, 02 anos, recenseado no fogo de número 118, com ocupação de roceiro. Podemos encontrar vários outros indivíduos com situação semelhante, como Silvestre Leite pardo, casado, com 60 anos de idade, roceiro ou o de Francisco da Silva Xavier, pardo livre, 42 anos, moradores nos fogos 115 e 116. Todos casados residindo com suas esposas e filhos. Acreditamos que esse perfil possa ter se dado pelo fato de a região contar ainda com uma fronteira aberta, utilizando terras para produção de gêneros de consumo e por estar

¹⁷ Sobre a questão do trabalho familiar em pequenas propriedades que contavam principalmente com esta força de trabalho para sua manutenção, conferir entre outros. MATTOS de CASTRO, Hebe Maria. *Ao sul da história*. São Paulo: Brasiliense, 1987. CARRARA, Angelo Alves. *Estruturas agrárias e capitalismo: ocupação do solo e transformação do trabalho na zona da Mata central de Minas Gerais (séculos XVIII e XIX)*. Ouro Preto, MG: Editora Universidade Federal de Ouro Preto, 1999.

¹⁸ MARCONDES, op. cit., p. 290.

se consolidando o cultivo da rubiácea naquela região. Tal fato pode ter possibilitado a esses pequenos proprietários obter e manter suas posses sem a necessidade de investimento em mão-de-obra escrava. Todavia, cabe ressaltar que essa condição de não proprietários de escravos podia e muitas vezes foi passageira. Representando, desta forma, apenas um momento da vida daqueles indivíduos.

As posses onde encontramos o maior número de fogos com escravos são as pequenas (1 - 20 cativos) com 54 fogos (45,8% das posses). Eram 253 escravos, média de aproximadamente 4,7 cativos por fogo. Muitos deles possuíam apenas um escravo. Parece ter havido uma disseminação com relação à posse de cativos entre aqueles senhores que tinham a primazia no número de fogos com escravos, porém, essa superioridade não lhes possibilitou deter o maior número de cativos. Na faixa intermediária, onde se concentravam os proprietários com 21 - 40 escravos. Havia 09 proprietários, 7,6% do total dos fogos, com seus 275 cativos, o que lhes dava uma média de 30,5 escravos. Por fim, temos as grandes posses (41+ escravos), que possuíam o maior número de cativos, Foram apenas 04 dos indivíduos recenseados, 3,4%, e que possuíam juntos 305 cativos, média de 76,2 cativos, bem maior do que a soma das duas outras faixas.

Podemos perceber que, independente do tamanho da posse, os africanos representaram a maioria dos escravos pertencentes àquelas faixas, respectivamente, 58,1%; 57,5% e 54,8%. Todavia, os crioulos constituíam um percentual não desprezível naquelas posses, perfazendo nas duas primeiras faixas 37,2% e 32,3%; e na faixa das grandes posses, 32,4% do total de cativos nascidos no Brasil. Os pardos, à medida que crescem as faixas de tamanho da posse, aumentam sua participação no total do contingente escravo, 4,7% e 9,5% nas duas primeiras, atingindo seu maior percentual na faixa das grandes posses de cativos representando 12,8% do total. Quanto aos cabras, eram apenas dois (0,7%) e que se encontravam na faixa das posses médias.

Com o aumento no tamanho das posses em escravos houve uma diminuição na diferença entre africanos e nacionais,¹⁹ com isso, na primeira faixa temos uma diferença de 41 cativos, diminuindo para 36 na segunda e terceira. Podemos considerar que independente da faixa de tamanho de escravos houve uma concentração na mão-de-obra escrava de origem africana oriunda do tráfico internacional.

É interessante notar que este recenseamento se deu no momento em que começavam a acontecer às primeiras discussões sobre o fim do tráfico negreiro para o Brasil, inclusive com uma

¹⁹ Os nacionais são a soma de crioulos, cabras e pardos. Paiva, Libby e Grimaldi dividiram os cativos das Listas Nominativas entre escravos nacionais e africanos. Os autores consideraram como africanos os declarados como tal e como negros, enquanto os nacionais eram os crioulos e todos os outros mestiços. Posteriormente Botelho em seu estudo sobre Montes Claros utilizou o mesmo procedimento. PAIVA, Clotilde A., LIBBY, Douglas Cole. & CRIMALDI, Márcia. "Crescimento natural dos escravos: uma questão em aberto." *IV Seminário sobre a Economia Mineira, Anais*. Belo Horizonte: CEDEPLAR/FACE/UFMG. p. 11-32. BOTELHO, Tarcísio. *Famílias e escravarias: demografia e família escrava no norte de Minas Gerais no século XIX*. *População e família*, São Paulo, v. 1, nº 1, jan./jun., 1998.

lei de supressão do mesmo no ano de 1831. Será que este arrolamento de indivíduos já demonstra os reflexos da “corrida” por mão-de-obra africana ocorrida a partir dos anos de 1820 ou quem sabe anteriormente?

De acordo com o estudo sobre o tráfico atlântico de escravo, realizado por Manolo Florentino, Minas Gerais se constituiu como um dos principais pontos de recebimento de cativos a partir do porto do Rio de Janeiro, nos primeiros anos do século XIX. Segundo o pesquisador:

Com relação à distribuição terrestre de africanos entre a segunda metade da década de 1820 e a primeira da seguinte, Minas Gerais, com sua economia voltada para o abastecimento (isto é, com a predominância de camponeses donos de pequenos plantéis de cativos), aparecia como pólo de absorção de 40% a 60% dos escravos que saíam do Rio de Janeiro. (...) O desempenho da economia mineira a transformava em um dos grandes pólos de demanda por africanos desembarcados no porto do Rio (...).²⁰

Como pudemos observar na Tabela II, os pardos encabeçavam o maior número de fogos. Todavia, com relação à distribuição das faixas de tamanho das posses de acordo com o número de escravos, constatamos que dos 51, 43,2% dos chefes que não contavam com mão-de-obra cativa nos seus domicílios; 38 eram homens ou mulheres pardos(as), ou seja 74,6%; seguidos por 10 homens brancos, 19,7%; dentre estes não possuidores de cativos encontramos também o crioulo forro e dois crioulos livres, cada um perfazendo 1,9%.

Situação completamente oposta acontecia com os 67 proprietários que possuíam cativos. A maioria deles era composta por 39 homens brancos, 58,2% dos indivíduos possuidores de mão-de-obra escrava. Logo a seguir, vinham os homens pardos, com um total de 18 pessoas, 26,9% (não está incluso o pardo do fogo 59). No que diz respeito às mulheres que encabeçaram fogos com escravos, é interessante notar que as pardas eram o dobro das brancas, sendo aquelas em número de seis, 9,0%, e estas três, 4,4%; havia ainda uma crioula livre, perfazendo o percentual de 1,5% do total de mulheres possuidoras de cativos.

Conseguimos, por meio desta fonte, encontrar entre aquela população recenseada 169 atividades descritas, o que equivale a 11,9% dos 1422 indivíduos recenseados. A análise das ocupações dos recenseados demonstra que a maioria dos indivíduos se ocupava dos serviços da roça, 69 homens e 08 mulheres designados como roceiros; logo a seguir vêm os lavradores 31 homens e 01 mulher; em seguida podemos encontrar os derrubadores e jornaleiros, respectivamente com 07 e 06 homens com estas ocupações. As costureiras eram 05 e os feitores, todos do sexo masculino também, sendo que dentre estes havia um cativo africano. Carpinteiros, ferreiros e tropeiros perfazem cada um 04 indivíduos; existiam ainda 03 quitandeiras; 02 arreadores e 02 fiadeiras. O restante da população se distribuiu igualmente com 01 indivíduo, vinculados as

²⁰ FLORENTINO, Manolo. *Em costas negras: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro, século XVIII e XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 38.

seguintes ocupações: fábrica de cana, fábrica de cana e lavoura, rancheiro, taverneiro, fábrica de café, arrendatário, lavrador e cirurgião, lavrador e sapateiro, caldeireiro, lavrador e tropeiro, mercador, administrador, capelão, caixeiro, estudante, carreiro, havia ainda duas mulheres com o ofício de parteira e rendeira.

Excetuando-se as ocupações de roceiro e lavrador, que abarcaram tanto homens, quanto mulheres, todas as outras foram exclusivas a um ou outro sexo. As ocupações de costureira, quitandeira, fiadeira, parteira e rendeira foram exercidas por mulheres que eram quase todas de condição social livre. O restante das ocupações foi exercida por homens livres, liberto/forro e um cativo. É interessante notar que todos os escravos, com exceção do africano José Maria de 40 anos, casado e com ocupação de feitor, não tiveram seu ofício descrito.²¹

Com relação aos chefes de domicílio, apenas uma proprietária não foi recenseada com sua ocupação. A grande maioria dos “cabeças” de fogos teve essa variável mencionada, e era composta por roceiros(as), num total de 67 proprietários (encontram-se aqui os dois indivíduos do fogo numero 59). Logo a seguir, vêm os descritos como lavrador(a), 31; temos ainda costureira, jornaleiro e derrubador que eram em número de 03 cada. Havia ainda 02 proprietárias recenseadas como quitandeira, e 02 ferreiros; as outras ocupações estão igualmente divididas, representando, cada uma, 01 proprietário e eram as seguintes: fábrica de cana; fábrica de café e lavoura; rancheiro; ferreiro e lavrador; taverneiro; fábrica de café; arrendatário; lavrador e cirurgião; lavrador e sapateiro; lavrador e tropeiro; arreador, caldeireiro; e mercador.

A respeito da “omissão” à ocupação dos cativos naquelas Listas, Paiva e Arnaut trazem a hipótese de que, provavelmente quem elaborou as listas entendeu que a ocupação do escravo era a da vontade de seu proprietário e que não precisava ser indicada. Portanto, esta ausência não significa que os escravos estavam ociosos, nem que não possuíam profissão.²²

Tendo em vista a enorme complexidade entre as situações de trabalho e outros aspectos da vida econômica e social, seria possível supor que ter uma ocupação determinada e reconhecida socialmente era alguma coisa que distinguia o indivíduo, tornava clara sua ‘identidade’, diferenciando-o do grupo. Escravos e mulheres tinham por definição implícitos em suas condições individuais o exercício de um leque de tarefas tais como serviço doméstico em geral, fiar e tecer, fazer o que lhe mandam, etc, que podia não ser percebido pelo informante como algo distinto da sua própria condição. Arriscamos a dizer

²¹ De acordo com Robert Slenes: “(...) se de um modo geral, o feitor escravo necessariamente se situava entre dois mundos, o feitor africano do século XIX [principalmente na primeira metade] era uma pessoa especialmente liminar. Ao mesmo tempo em que seguia a estratégia de tornar-se cada vez mais ‘ladino’ aos olhos do senhor, o grande volume do tráfico combinava com as exigências de sua ocupação para obrigá-lo a renovar constantemente sua africanidade”. SLENES, Robert. *Malungu, Ngoma vem! África encoberta e descoberta no Brasil. Cadernos do Museu da Escravatura*, n. 1 (Luanda, Ministério da Cultura, 1995). (Reedição corrigida de: *Malungu, Ngoma vem! África coberta e descoberta do [sic: leia-se “no”] Brasil. Revista USP*, n. 12, dez./jan./fev. 1991-92, p.48-67), p. 56.

²² PAIVA, & ARNAUT. Op.cit.

que poderia ser quase redundante afirmar que uma mulher exercia tarefas domésticas ou que um escravo fazia isto ou aquilo.²³

A análise dessas ocupações nos permite vislumbrar o momento pelo qual passava aquela localidade. Qual a atividade produtiva principal naquele distrito nos idos de 1830? Pergunta difícil se analisarmos apenas os dados do recenseamento, já que a maioria dos habitantes foi descrita como roceiro ou lavrador. Sem dúvida este tipo de designação permite a inclusão de vários tipos de cultivos feita pelos recenseados. Acreditamos, entretanto, que o plantio do café já se fazia importante, junto com outros produtos é claro. A descrição de duas fábricas de café deixa antever a possibilidade de que existia a necessidade, por parte daqueles produtores, de beneficiamento do produto, que poderia até mesmo atender aos outros moradores do distrito que se ocupavam com o plantio deste produto.

É interessante também a designação dada a 03 chefes de domicílio e a 04 outros homens livres, descritos como “derrubador”, ou seja, aquele que é responsável pela derrubada e conseqüente abertura de espaços fechados, o que pode significar a existência de terras e matas virgens, demonstrando que havia a possibilidade de expansão de uma fronteira agrícola naquela região.

No que diz respeito à condição social, a maioria dos indivíduos era composta por escravos (833); seguida pelos livres (566); as pessoas de condição liberta/forra totalizaram 23 pessoas. Os homens eram a maioria, (849) 59,7% do total dos habitantes. As mulheres num total de 573 perfizeram 40,3%. Nota-se que os homens constituíam maioria também entre os escravos e livres, situação que se inverte ligeiramente entre os libertos/forros. Entretanto, é interessante notar que entre os livres houve bastante equilíbrio na diferença entre homens e mulheres, respectivamente, 51,4% e 48,6%. O mesmo aconteceu com relação aos libertos/forros onde os do sexo masculino perfizeram 47,8% contra 52,2% de suas parceiras. Já os cativos eram quase o dobro das cativas, respectivamente, 65,7% e 34,3%. Esta diferença, como veremos, está relacionada com a escolha por parte dos senhores na aquisição de homens em idade produtiva e parece indicar uma menor importância da reprodução natural no aumento da população cativa naquela localidade nos primeiros decênios dos oitocentos (Tabela IV).

Tabela IV
Percentual da população do Distrito de Santo Antonio do Juiz de Fora, segundo sexo e condição social, 1831*

Condição social Sexo	Escravos	%	Livres	%	Libertos/ Forros	%	Total	%
Masculino	547	65,7	291	51,4	11	47,8	849	59,7
Feminino	286	34,3	275	48,6	12	52,2	573	40,3
Total	833	100	566	100	23	100	1422	100

Fonte: Mapas de população. Distrito de Santo Antonio do Juiz de Fora, Termo da Nobre e Muito Leal Vila de Barbacena, 1831. APM. Caixa 09; Documento 04.

²³ Ibidem, p. 100.

A Tabela nos permite afirmar que o Distrito de Santo Antonio do Juiz de Fora contava, àquela época, com um grande percentual de escravos, que pode ter sido a base do grande contingente de cativos encontrados pelos estudiosos que têm como foco de análise a Província mineira do século XIX. O que pode demonstrar a importância, já naquela época, da localidade que viria a se constituir na maior possuidora de cativos no decorrer do século XIX. Para os livres, havia um equilíbrio na razão de sexo²⁴: 105,8. Os libertos/forros, por possuírem um maior número de mulheres, tiveram uma razão de sexo de 91,7. Com relação aos escravos notamos a clássica distribuição de quase dois homens para cada mulher, com uma razão homem/mulher de 191,3; o que novamente aponta para uma aquisição de mão-de-obra por meio do tráfico de cativos.

As análises da população cativa, segundo sua faixa etária, origem/cor e sexo (Tabela V) demonstram que o Distrito possuía um número considerável de crioulos e pardos na faixa de 1 a 14 anos. Eram 178 crianças, 77,0% do total, o que pode apontar para um processo de ampliação da população escrava por meio do nascimento de crianças.²⁵ Percentual nada desprezível se notarmos que os escravos de origem crioula (filhos de africanos que nasceram no Brasil), naquela faixa, superaram os de origem africana, perfazendo 59,7% contra 23,0%. Se a estes agregarmos os pardos 17,3%, a importância dos filhos de africanos nascidos em terras brasileiras ganha ainda mais importância. Certamente aqueles que foram descritos como africanos, entre 1 e 14 anos de idade, eram crianças oriundas do tráfico intercontinental, quiçá chegaram aqui junto com seus pais, se não o fossem seriam descritas como crioulas.

Segundo Manolo Florentino e José Roberto Góes, era pequeno o número de escravos com menos de dez anos de idade desembarcados no mercado do Valongo no Rio de Janeiro na primeira metade do século XIX, 4,1%. Percentagem bem próxima àquela encontrada por Herbert Klein, que estudou o tráfico de Benguela e Luanda para o Rio de Janeiro na segunda metade do século XVIII, encontrando um percentual de 5,2% do total dos cativos nos navios negreiros e que tinham menos de dez anos as chamadas “crias de pé” e crias de peito.²⁶

²⁴ A razão de sexo é definida como o número de homens para cada grupo de 100 mulheres.

²⁵ Hipótese levantada para Minas Gerais, entre outros, por BOTELHO, 1994. PAIVA, Clotilde A. & LIBBY, Douglas Cole. “Caminhos alternativos: escravidão e reprodução em Minas Gerais no século XIX.” *Estudos Econômicos*, São Paulo, v.25, pág. 203-233, maio-ago., 1995.

²⁶ Segundo Florentino e Góes: “Por outro lado, eram cerca de 16% os importados entre dez e 14 anos, o que fazia com que, no máximo, apenas um em cada cinco dos poucos escravos africanos que chamamos infantes (de zero a 14 anos) pudessem ter sido diretamente trazidos da África.” FLORENTINO, Manolo, GÓES, José Roberto. *A paz das senzalas: famílias escravas e tráfico atlântico*, Rio de Janeiro, c.1750 – c.1850. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997, p. 131-132. KLEIN, Herbert S. “A demografia do tráfico atlântico de escravos para o Brasil.” *Estudos Econômicos*, São Paulo, v.17, n. 2, maio/ago. 1987.

Tabela V
Percentual da população cativa do Distrito de Santo Antonio do Juiz de Fora, segundo faixa etária e origem/cor - sexo, 1831*

Faixa etária		1-14	%	15-40	%	41 +	%	Total	%
Origem/cor - Sexo		(crianças)		(jovens/adultos)		(idosos)			
Africano	♂	39	16,9	304	57,2	30	42,2	472	56,7
	♀	14	6,1	81	15,3	04	5,6		
Crioulo	♂	62	26,8	54	10,2	16	22,5	282	33,9
	♀	76	32,9	61	11,5	13	18,3		
Pardo	♂	18	7,8	18	3,4	04	5,6	77	9,2
	♀	22	9,5	13	2,4	02	2,9		
Cabra	♂	-	-	-	-	02	2,9	02	0,2
Total	♂/♀	231	100	531	100	71	100	833	100

Fonte: Mapas de população. Distrito de Santo Antonio do Juiz de Fora, Termo da Nobre e muito leal Vila de Barbacena, 1831. APM. Caixa 09; Documento 04. *As listas trazem a indicação das condições (cativo; livre; liberto; forro); na maioria das vezes a variável anterior, denominada “qualidades” indica se os cativos são africanos ou crioulos, entretanto, nesta mesma variável o recenseador, por vezes, identifica “fulano de condição parda ou cabra, cativo”, logo a seguir caracterizando-o como cativo no item “condições”; é por este motivo que montamos a tabela de acordo com a origem/cor dos cativos. ** Razão de africanidade é o número de africanos para cada 100 crioulos, neste caso a razão se deu entre os africanos e os nacionais (crioulos, pardos e cabras).

A percentagem dos crioulos e pardos permite vislumbrar que houve, naquele período, um certo acréscimo na população cativa da região por meio também da reprodução natural. Claro que para afirmarmos que houve taxas de reprodução positiva precisaríamos contrabalançar o número de nascimentos *versus* o número de óbitos. No entanto, a constatação do acima exposto é importante para o entendimento da manutenção e/ou ampliação das escravarias.

Como seria de se esperar, a maior parte dos escravos se encontrava entre os jovens/adultos em idade produtiva, 15 a 40 anos, e possuía uma maioria de cativos/cativas africanos 72,5%, maior que a soma das percentagens dos crioulos/crioulas 21,7% e pardos/pardas 5,8% nessa faixa de idade. Ou seja, esses africanos, que eram a grande maioria do contingente cativo, haviam nascido no continente africano e chegado ao território brasileiro via tráfico internacional. Vale ressaltar que não há menção à procedência destes cativos com exceção a Matheus Congo, solteiro de 25 anos que habitava o fogo 107 e a José Congo, 70 anos morador no de número 68. Nota-se uma diminuição pequena no número de crioulos e pardos (homens e mulheres) entre as faixas das crianças e a dos adultos e um aumento brutal no número de africanos, novamente reforçando a hipótese de que a reprodução da escravaria se deu, sobretudo, por meio da importação de cativos em idade produtiva.

O maior número de africanos na faixa dos idosos (47,8%) demonstra que anteriormente já havia uma predileção pelos escravos oriundos do tráfico internacional, e que apesar das agruras do cativeiro conseguiram alcançar aquela faixa-etária. Entretanto, encontra-se entre os idosos um número muito próximo de cativos de origem crioula, 40,8%, o que pode denotar (caso eles tenham nascido na dita localidade) incidência de reprodução natural. A porcentagem de escravos idosos, acima dos 41 anos, típico de uma população com baixas taxas de fecundidade e/ou altas taxas de imigração, é uma boa medida do desenvolvimento daquela economia. Talvez tenha havido, por parte daqueles proprietários, um cuidado mais racional de sua posse em cativos, independente de

sua origem, o que não quer dizer que houve um abrandamento na relação senhor/escravo, onde o primeiro continuava a ser o detentor das prerrogativas.

No caso dos nacionais, encontramos uma população bastante equilibrada entre homens e mulheres em todas as faixas etárias, inclusive com as crioulas tendo pequena supremacia com relação aos crioulos, entre as crianças e jovens/adultos, dando-se o contrário na faixa dos idosos. Os pardos tiveram o sentido inverso, havendo na faixa dos idosos e jovens adultos, ligeira maioria de homens com relação às mulheres, ocorrendo o oposto com as crianças. Os cabras encontravam-se apenas entre os idosos, e eram homens. Percebe-se, então, uma significativa presença de mulheres e crianças entre os nacionais, principalmente na faixa etária entre 1 - 14 e 15 - 40 anos, o que indica um alto percentual de cativas nacionais em idade fecunda na população feminina da localidade.

Com base na Tabela anterior, podemos conhecer a razão de sexo daqueles cativos. De modo geral, notamos que os africanos possuíam uma razão de sexo bastante concentrada, talvez um indicativo do desenvolvimento daquele Distrito. Os nacionais contavam com um equilíbrio quase perfeito, o que para alguns poderia caracterizar a possibilidade de processos de reprodução natural entre eles. Os africanos possuíam razões de sexo das mais altas em todas as faixas, respectivamente, 278,6; 388,6 e 750, o que mais uma vez demonstra a força de tal contingente na região em questão, e pode indicar talvez que mais mulheres receberam a alforria. Vale ressaltar que é entre os idosos que se encontra o menor contingente de escravos em números absolutos, 34 cativos, sendo 30 deles homens, o que explica a razão de 750. Crianças e jovens/adultos, apesar de conformarem razões de sexo menores, concentram do ponto de vista econômico e demográfico os cativos mais aptos ao trabalho ou em vias de exercê-lo.

Essas altas taxas de razão de sexo, encontradas na década de 30 dos oitocentos, vão ainda se refletir na segunda metade do século XIX mineiro. Demonstrem, segundo Paiva e Botelho, o movimento populacional anterior, sobretudo em duas regiões que seriam o Sul, devido ao abastecimento para a Corte e a Zona da Mata que vinha iniciando sua expansão por meio do cultivo do café. Para eles: “Mesmo na segunda metade do século, estas duas áreas continuam mostrando algum sinal de desequilíbrio nas Razões de Sexo o que pode ser o resultado da importação (intra e/ou inter provincial) no crescimento da escravaria”.²⁷ De acordo com José Flavio Motta:

Se o predomínio crescente dos africanos patenteia a importância do tráfico externo de cativos, as cada vez maiores razões de masculinidade entre os escravos oriundos da África – sempre mais elevadas que as concernentes aos cativos nascido no Brasil – atestam a preferência dada à importação de indivíduos do sexo masculino.²⁸

²⁷ BOTELHO, Tarcísio & PAIVA, Clotilde Andrade. População e espaço no século XIX: algumas evidências de dinâmicas diferenciadas. In: VII *Seminário sobre a Economia Mineira, 1995, Diamantina. Anais do VII Seminário sobre a Economia Mineira*. v. 1. Belo Horizonte: CEDEPLAR, 1995, p. 102.

²⁸ MOTTA, op. cit., 1999, p. 140.

Creemos que no caso dos africanos tais razões de sexo só podem ser explicadas pela participação do tráfico de escravos em suas várias formas, seja ele intercontinental, interprovincial, intraprovincial ou local. Claro que por se tratar de um período ímpar com relação às tentativas de supressão do tráfico transatlântico, podemos aventar a possibilidade de que a maioria desses escravos era oriunda do continente africano e que para a Província mineira chegaram através dos portos do Rio de Janeiro e/ou Salvador. A alta razão de sexo nas faixas etárias provavelmente refletia uma fonte de dependência anterior com relação ao tráfico negreiro e/ou a continuada preferência pela compra de adultos masculinos.

Quanto aos cativos nacionais, o cômputo geral demonstra que os mesmos possuíram baixas razões de sexo, com exceção da faixa dos idosos com 133,3, ao que parece pelos mesmos motivos ocorridos com relação aos africanos, embora a razão de sexo destes seja muito inferior àqueles. Quando desagregamos estes cativos de acordo com a origem/cor detectamos a mesma tendência, excetuando-se os pardos, encontrados na faixa dos jovens/adultos 138,5. Talvez este fato possa demonstrar ainda mais a tendência de que os chefes de domicílio preferiram possuir em suas propriedades jovens/adultos do sexo masculino.²⁹

Ainda podemos supor que os altos índices de masculinidade na distribuição dos cativos africanos em todas as faixas pode reforçar o argumento de que há algum tempo, desde pelo menos a criação do “Caminho Novo”, os moradores daquela povoação já revertiam seus recursos principalmente em escravos africanos do sexo masculino e em idade produtiva. Àquela época a localidade constituía-se, como foi descrito por Antonil, de “roças, ranchos e vendas circundadas pelo rio Paraibuna”.³⁰ No que diz respeito aos cativos nacionais, crioulos e pardos, podemos perceber pelas razões expostas na faixa dos escravos entre 40 anos ou mais, que provavelmente houve, num determinado momento, uma predileção por escravos do sexo masculino, ou uma maior taxa de mortalidade das cativas. No caso dos crioulos houve até uma supremacia das mulheres em

²⁹ Essa supremacia dos homens com relação às mulheres foi verificada por Vidal Luna em estudo sobre algumas localidades da província paulista. Com base em censos dos séculos XVIII e XIX, o pesquisador identificou diferenciações entre a razão de sexo dos escravos em regiões mais ou menos voltadas para o mercado externo. Conforme Luna: “Onde e quando mais fortemente se efetuavam os cultivos de “exportação” (principalmente café e cana-de-açúcar) ampliava-se o peso masculino. Inversamente, nas áreas de maior concentração de atividades típicas de “agricultura de subsistência” (...) ocorria maior equilíbrio quantitativo entre os sexos, embora raramente encontrássemos números próximos de 100 ou maioria feminina.” LUNA, Francisco Vidal. Casamento de escravos em São Paulo: 1776, 1804, 1829. In: *História e População, Estudos Sobre a América Latina: São Paulo*. São Paulo, ABEP/IUSSP/Celade, 1990, p.227. Essa mesma tendência foi observada, dentre outros, pelos estudos de Bacellar e Scott sobre as grandes escravarias paulistas entre 1798-1818. Para as vilas de abastecimento (Atibaia, Moji das Cruzes, Santana de Parnaíba, São Roque e Nazaré, situadas nas redondezas da cidade de São Paulo) as razões de masculinidade foram para os anos de 1798, 1808 e 1818, respectivamente, 91,3; 105,1 e 106,7. Já em Itu região de agroexportação canavieira, localizada no chamado Oeste Paulista nos mesmos anos as razões de sexo foram de 177,5; 164,6 e 203,1. BACELLAR, Carlos de Almeida, & SCOTT, Ana Silvia Volpi. “Sobreviver Na senzala: estudo da composição e continuidade das grandes escravarias paulistas, 1798-1818”. In: Nadalin, Sérgio Odilon, *et. alii* (coord.). *História e população: estudos sobre a América Latina*. São Paulo: Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados, 1990, p. 214.

³⁰ ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil*. 2 ed. São Paulo: Cia Editora Nacional, s/d.

relação aos homens. Os pardos, embora tenham reduzido a disparidade entre cativos e cativas, continuavam demonstrando uma maior presença masculina.³¹

O que fica exposto na Tabela V é que a população cativa recenseada no ano de 1831 era composta, em sua maioria, de escravos na faixa produtiva para o trabalho, com um percentual grande de crianças entre 1 e 14 anos, e um número não desprezível de idosos. A média de idade desses escravos, aqui inclusos africanos, crioulos, cabras e pardos, era de 22,9 anos, demonstrando o vigor da localidade, pois a coloca como uma economia possuidora de um grande percentual de cativos em idade produtiva. A análise mais apurada desta média no interior dos grupos de cativos demonstra que os crioulos possuíram uma média de idades em torno de 19,7 anos; os africanos 25,5 enquanto e os pardos, descritos como escravos, 18,6 anos. Isto corrobora a hipótese de que o Distrito contava com um forte grupo de escravos em idade produtiva. A média aritmética é uma boa medida da magnitude dos dados expostos, entretanto, ela pode ser muito influenciada por valores extremos, para mais ou para menos.

Na Tabela V demonstramos que o Distrito de Santo Antonio do Juiz de Fora possuía um índice não desprezível de crianças e adultos escravos. São estes indivíduos que podem, de alguma forma, influenciar nossa amostra.³² Pois bem, vamos nos debruçar sobre a parcela da comunidade cativa considerada por nós como pertencente à faixa de idade produtiva (15-40) para melhor visualizarmos esta variável.

Dos escravos pertencentes à referida faixa, encontramos a média de 25,5 anos. Há um decréscimo na idade dos africanos que passa para 25,2, o que pode se explicar pela falta dos escravos com mais de 41 anos, lembremo-nos que é entre os africanos onde encontramos o maior percentual de idosos. Interessante é o acréscimo que se dá nas idades de crioulos 26,1 e pardos 25,7 anos. A explicação para isso se encontra no alto índice de crioulos e pardos com menos de 14 anos, que levavam as médias de idade abaixo dos vinte anos. Percebe-se, de uma maneira geral, um aumento nas idades dos escravos quando comparadas todas as faixas etárias com relação à dos jovens, exceção feita aos africanos.

Apesar das altas razões de sexo, podemos encontrar alguns homens e mulheres, casados ou viúvos, num total de 172 pessoas. A Tabela VI permite visualizar que a medida em que cresciam as faixas de tamanho das posses em escravos – pequenas, médias e grandes – houve também um

³¹ Segundo Rômulo Andrade: “É importante reter que, quase um século antes das primeiras plantações de café, projetava-se uma economia de mantimentos mercantilizada de base escravista. (...) Enfatizamos que continuava havendo o estímulo às atividades econômicas na área de Juiz de Fora, podendo-se supor que forneceriam à lavoura cafeeira em formação, nas décadas iniciais do século XIX, um certo suporte de escravos e gêneros agropecuários. Dito de outra forma, dava-se seqüência ao processo de acumulação e expansão do processo social de produção escravista.” ANDRADE, Romulo. “Família escrava e estrutura agrária na Minas Gerais oitocentista”. *População e família*, São Paulo, v. 1, nº 1, jan./jun., 1998, p. 183/184.

³² Esta ressalva foi feita também por Ann Malone em seu estudo sobre a Louisiana. MALONE, Ann Patton. *Sweet chariot: slave family and household structure in nineteenth-century Louisiana*. University of North Carolina Press, 1992.

crescimento no número de escravos casados, o que já há algum tempo vem sendo comprovado pela historiografia da escravidão.³³

Tabela VI
Estado conjugal dos cativos segundo origem, sexo e o tamanho da posse no Distrito de Santo Antonio do Juiz de Fora, 1831

Tamanho das posses/estado conjugal Sexo	Pequena* (1 – 20 escravos)				Média (21 – 40 escravos)				Grande (41 - + escravos)				Total	
	C	%	V	%	C	%	V	%	C	%	V	%	C/V	%
Africanos	11	50,0	-	-	26	38,8	-	-	26	32,1	-	-	63	36,6
Africanas	04	18,2	-	-	15	22,4	-	-	16	19,8	-	-	35	20,4
Crioulos	01	4,6	-	-	04	5,9	-	-	10	12,3	-	-	15	8,7
Crioulas	06	27,2	-	-	16	23,9	01	50,0	19	23,4	-	-	42	24,4
Pardo	-	-	-	-	02	3,0	-	-	05	6,2	-	-	07	4,1
Parda	-	-	-	-	03	4,5	01	50,0	05	6,2	-	-	09	5,2
Cabra	-	-	-	-	01	1,5	-	-	-	-	-	-	01	0,6
Total	22	100	-	-	67	100	02	100	81	100	-	-	172	100
Homens casados	12	54,5	-	-	33	49,3	-	-	41	50,6	-	-	86	50,0
Mulheres casadas e viúvas	10	45,5	-	-	34	50,7	02	100,0	40	49,4	-	-	86	50,0
Total	22	100	-	-	67	100	02	100	81	100	-	-	172	100

Fonte: Mapas de população. Distrito de Santo Antonio do Juiz de Fora, Termo da Nobre e Muito Leal Vila de Barbacena, 1831. APM. Caixa 09; Documento 04.

Pois bem, analisando um pouco mais de perto a Tabela acima, podemos conhecer quais as origens dos cativos reconhecidos como casados. Foram nove as pequenas propriedades com 22 pessoas casadas, sendo que dos doze homens 11 eram africanos e 01 era crioulo, as mulheres eram 04 africanas e 06 crioulas. Na faixa dos médios proprietários podemos encontrar outros nove fogos, com 69 escravos casados/viúvos, sendo 26 africanos, 04 crioulos, 02 pardos e 01 cabra. Enquanto que as mulheres eram 15 africanas, 16 crioulas e 03 pardas; e 02 viúvas uma delas crioula e a outra parda. A faixa que abrigava a maior concentração de escravos por proprietário, ou seja, a das grandes propriedades, possuía, 81 escravos casados, eram 26 africanos, 10 crioulos e 05 pardos. Havia ainda 16 mulheres da África, 19 crioulas e 05 pardas. Foram 21 os fogos com escravos casados, 17,7% daqueles recenseados. Apenas em dois deles houve diferença entre a quantidade de homens e mulheres casados, diferença nunca superior a um indivíduo. Assim, no fogo de número 04 temos 06 homens e 05 mulheres casados; enquanto que no de número 113 encontramos 09 homens e 10 mulheres.

Os homens e mulheres africanos somados representam os que mais se casaram, 57,0%, seguidos por crioulos, pardos e cabras, respectivamente, 33,1%, 9,3% e 0,6%. A própria demografia do tráfico da localidade, que contava com um maior percentual de cativos desta origem, explica tal

³³ Estudos pioneiros a esse respeito são os de: SLENES, Robert. “Escravidão e família: padrões de casamento e estabilidade familiar numa comunidade escrava (Campinas, século XIX).” *Estudos Econômicos*, v. 17, n. 2, p. 217-227, maio/ago., 1987. COSTA, Iraci; SLENES, Robert; SCHWARTZ, Stuart. “A família escrava em Lorena (1801).” *Estudos Econômicos*, v 17, n.2, p. 245-295, maio/ago., 1987.

fato.³⁴ É interessante ressaltar que as mulheres que mais se casaram eram as crioulas, mais até do que os crioulos e em todas as faixas, 24,4% *versus* 8,8%. O mesmo ocorreu com as pardas, 5,2% e 4,1%. Podemos observar que as cativas “nacionais” foram as que mais reconheceram seus relacionamentos perante a Igreja Católica. Também parecem ter dominado o mercado matrimonial, foram 51, 29,6%, enquanto que as africanas num total de 35 mulheres tiveram um percentual de 20,3%.

Mais uma vez a lógica econômica do tráfico de escravos pode nos ajudar a entender esse domínio das cativas nacionais como um todo e das crioulas em específico, já que se procurava, sobretudo naquele período, a mão-de-obra escrava de origem africana e masculina. Novamente, parece ter sido a importação de escravos que explica a dinâmica da propriedade cativa local. Esse maior percentual entre casados africanos e pertencentes a médias e grandes escravarias se assemelha aos achados de Marcondes sobre o Vale do Paraíba (Lorena), onde o pesquisador percebeu que “a incidência de relações de parentesco e a presença de africanos entre os cativos ocorreu com maior frequência para os mais afortunados”.³⁵

É importante salientar que a grande maioria dos escravos foi descrita como solteiro(a), o que talvez possa ter se dado pelas dificuldades de se encontrar naquela região um companheiro para casar. Porém, vale aqui uma ressalva, parece que os cativos descritos como casados tiveram essa designação apontada por terem tido a oportunidade de levar seu relacionamento ao sacramento do casamento, ou seja, a fonte nos dá a conhecer apenas aqueles com relacionamentos sancionados pela Igreja. É possível que existissem outros escravos com algum tipo de relacionamento afetivo, e que não podemos conhecer por não terem contraído núpcias perante a Igreja Católica, fato que levou o recenseador a descrevê-los como solteiros. O alto índice de crianças pode ser um indicativo de que possivelmente havia naqueles fogos relacionamentos fortes e duradouros, mas que o recenseador não reconheceu, por não terem recebido as bênçãos matrimoniais; até com relacionamentos entre cativos de diferentes propriedades.

Podemos notar a patente superioridade do número de homens sobre o de mulheres (acima de 15 anos) durante todo o período, exceção feita aos crioulos na segunda faixa, e também a maior presença dos africanos sobre os crioulos, até a década de 1830, certamente reflexo das opções empreendidas pelos proprietários aquela época. Estes traços conformam aquilo que segundo João Fragoso “(...) a grosso modo, poderíamos chamar de demografia da *plantation*. Nestes traços, nota-

³⁴ Embora não tenha havido por parte do recenseador nenhuma referência aos casais, mas apenas aos cativos casados, vamos tentar, no próximo capítulo, por meio da análise dos fogos, tecer algumas considerações possíveis de serem pensadas no que diz respeito à endogamia/exogamia dos possíveis casais de homens e mulheres.

³⁵ MARCONDES, op. cit., p. 184.

se a presença do tráfico internacional/interno de escravos e a preferência maior dos senhores em possuir escravos homens do que mulheres.”³⁶

Isto posto, pode demonstrar um dinamismo do tráfico de africanos para o Brasil e, em seguida, para a Província Mineira na primeira metade do século XIX. Claro que por se tratar de um período no qual a localidade vinha passando por processos de consolidação de sua economia baseada no café, poderíamos aventar a possibilidade de que esses proprietários listados nos 118 fogos fossem provenientes de outras regiões, como por exemplo, a região mineradora, ou seja, chegaram ali com algum dinheiro e parte de seus cativos, situação plausível. Contudo, cabe ressaltar que alguns dos indivíduos presentes no recenseamento já estavam assentados naquele distrito, nas imediações deste, ou então no termo da Vila de Barbacena, como por exemplo, o Capitão Antonio Dias Tostes maior proprietário de cativos aquela época com 147 escravos.³⁷

A análise dos dados reforça o argumento de que em Juiz de Fora os proprietários possuíam em suas posses uma maioria de escravos africanos e nacionais na faixa produtiva e com média de idades em torno dos 25,5 anos, demonstrando uma possível predileção por esses cativos. A média é coerente com um quadro de taxas de fecundidade relativamente baixas com imigração de adultos da África. Vale sublinhar que não podemos pressupor que a função dos “casamentos” – sacralizados ou não – fosse a reprodução, visto que os cativos podiam ou não se unir para ter filhos. Desta forma, a formação das famílias podia ocorrer independentemente da reprodução natural.

Esses africanos muito provavelmente deram origem a algumas das famílias fundadoras das senzalas no Sudeste brasileiro.³⁸ Foi esse grande contingente de cativos africanos provenientes do tráfico internacional, que conformou a experiência daqueles cativos. Experiência essa que teve continuidade com seus filhos crioulos, repercutindo nas suas práticas de casamento, compadrio e, sobretudo na formação de suas famílias.

³⁶ FRAGOSO, João Luis Ribeiro & PTIZER, Renato Rocha. “Barões, homens livres pobres e escravos: notas sobre uma fonte múltipla – inventários *post-mortem*.” *Revista Arrabaldes*. Ano I, n. 2, set./dez., 1988, p. 43.

³⁷ Mapas de população. Distrito de Santo Antonio do Juiz de Fora, Termo da Nobre e Muito Leal Vila de Barbacena, 1831. APM. Caixa 09; Documento 04.

³⁸ A marcante presença africana pode ser percebida também em outras regiões onde a cafeicultura se fez presente, como foi o caso de Vassouras oitocentista, localidade muito semelhante à juizforana no que diz respeito a sua estrutura econômica e demográfica. Naquela localidade, assim como em Juiz de Fora: “(...) a presença africana foi marcante pelo menos até os primeiros anos da segunda metade da década de 1850. A partir de então, iniciou-se um momento de transição, no qual os africanos ainda desempenhavam um papel muito importante nas comunidades de senzala e nas relações sociais como um todo entre senhores e escravos, mas aumentava a importância dos crioulos. Somente quase na metade da década de 1860 houve uma clara predominância de crioulos entre os planteis.” SALLES, Ricardo. *E o Vale era o escravo. Vassouras, século XIX. Senhores e escravos no coração do Império*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, p. 183.

Fontes

ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil*. 2 ed. São Paulo: Cia Editora Nacional, s/d.

Mapas de população. Distrito de Santo Antonio do Juiz de Fora, termo de Barbacena, 1831. APM. Caixa 09; Documento 04.

Bibliografia:

ANDRADE, Romulo. “Família escrava e estrutura agrária na Minas Gerais oitocentista”. *População e família*, São Paulo, v. 1, nº 1, jan./jun., 1998.

BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. *Os senhores da terra: família e sistema sucessório de engenho do Oeste paulista, 1765-1855*. Campinas, SP: CMU/Unicamp, 1997.

____ & SCOTT, Ana Silvia Volpi. “Sobreviver Na senzala: estudo da composição e continuidade das grandes escravarias paulistas, 1798-1818”. In: Nadalin, Sérgio Odilon, *et. alii* (coord.). *História e população: estudos sobre a América Latina*. São Paulo: Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados, 1990.

BOTELHO, Tarcísio Rodrigues. *Famílias e escravarias: demografia e família escrava no norte de Minas Gerais no século XIX*. São Paulo: FFLCH/USP, 1994. (Dissertação de Mestrado em História).

____. “Famílias e escravarias: demografia e família escrava no norte de Minas Gerais no século XIX”. *População e família*, São Paulo, v. 1, nº 1, jan./jun., 1998.

____ & PAIVA, Clotilde Andrade. População e espaço no século XIX: algumas evidências de dinâmicas diferenciadas. In: VII *Seminário sobre a Economia Mineira, 1995, Diamantina. Anais do VII Seminário sobre a Economia Mineira*. v. 1. Belo Horizonte: CEDEPLAR, 1995.

CARRARA, Ângelo Alves. *Estruturas agrárias e capitalismo: ocupação do solo e transformação do trabalho na zona da Mata central de Minas Gerais (séculos XVIII e XIX)*. Ouro Preto, MG: Editora Universidade Federal de Ouro Preto, 1999.

COSTA, Iraci; SLENES, Robert; SCHWARTZ, Stuart. “A família escrava em Lorena (1801).” *Estudos Econômicos*, v 17, n.2, p. 245-295, maio/ago., 1987.

COSTA, Iraci Del Nero da. *Populações mineiras: sobre a estrutura populacional de alguns núcleos mineiros no alvorecer do século XIX*. São Paulo: IPE/USP, 1981.

____. “Nota sobre ciclo de vida e posse de escravos.” *História: Questões e Debates* v. 4, nº 6, jun., 1983.

FARIA, Sheila Siqueira de Castro. *A colônia em movimento: fortuna e família no cotidiano colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

FLORENTINO, Manolo. *Em costas negras: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro, século XVIII e XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

____, GÓES, José Roberto. *A paz das senzalas: famílias escravas e tráfico atlântico, Rio de Janeiro, c.1750 – c.1850*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

- FRAGOSO, João Luis Ribeiro & PTIZER, Renato Rocha. “Barões, homens livres pobres e escravos: notas sobre uma fonte múltipla – inventários *post-mortem*.” *Revista Arrabalde*. Ano I, n. 2, set./dez., 1988.
- GUTMAN, Herbert. *The black family in slavery and freedom, 1750-1925*. New York: Vintage Books, 1976.
- KARASCH, Mary C. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- KLEIN, Herbert S. “A demografia do tráfico atlântico de escravos para o Brasil.” *Estudos Econômicos*, São Paulo, v.17, n. 2, maio/ago. 1987.
- LIBBY, Douglas. *Transformação e trabalho em uma economia escravista: Minas Gerais no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- LIMA, Ivana Stolze. *Cores, marcas e falas: sentidos da mestiçagem no Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.
- LUNA, Francisco Vidal. Casamento de escravos em São Paulo: 1776, 1804, 1829. In: *História e População, Estudos Sobre a América Latina*: São Paulo. São Paulo, ABEP/IUSSP/Celade, 1990.
- MALONE, Ann Patton. *Sweet chariot: slave family and household structure in nineteenth-century Louisiana*. University of North Carolina Press, 1992.
- MARCÍLIO, Maria L. *Crescimento demográfico e evolução agrária paulista: 1700-1836*. São Paulo: Hucitec, Edusp, 2000.
- MARCONDES, Renato Leite. *A arte de acumular na economia cafeeira: Vale do Paraíba, século XIX*. Lorena, SP: Editora Stiliano, 1998.
- MATTOS de CASTRO, Hebe Maria. *Ao sul da história*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- _____. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no Sudeste escravista – Brasil, século XIX*. 2 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.
- METCALF, Alida C. Vida familiar dos escravos em São Paulo no século dezoito: o caso de Santana de Parnaíba. São Paulo. *Estudos Econômicos*, 17(2), Maio/Ago., 1987.
- MOTTA, José Flavio. *Corpos escravos, vontades livres: posse de cativos e família escrava em Bananal (1801-1829)*. São Paulo: FAPESP: Annablume, 1999.
- MOTTA, José Flavio. *Corpos escravos, vontades livres: posse de cativos e família escrava em Bananal (1801-1829)*. São Paulo: FAPESP: Annablume, 1999.
- PAIVA, Clotilde A., LIBBY, Douglas Cole. & CRIMALDI, Márcia. “Crescimento natural dos escravos: uma questão em aberto.” *IV Seminário sobre a Economia Mineira, Anais*. Belo Horizonte: CEDEPLAR/FACE/UFMG. p. 11-32.
- PAIVA, Clotilde Andrade & ARNAUT Luiz D. H. “Fontes para o estudo de Minas oitocentista: listas nominativas.” *Anais do V Seminário sobre a Economia Mineira*. Belo Horizonte: CEDEPLAR/FACE/UFMG, 1990.
- PAIVA, Clotilde A. & LIBBY, Douglas Cole. “Caminhos alternativos: escravidão e reprodução em Minas Gerais no século XIX.” *Estudos Econômicos*, São Paulo, v.25, pág. 203-233, maio-ago., 1995.

_____. & KLEIN, Herbert S. “Escravos e livres nas Minas Gerais.” *Estudos Econômicos*, São Paulo, v.22, n.1, pág. 129-151, jan.- abr., 1992.

_____.; LIBBY, Douglas Cole. “Caminhos alternativos: escravidão e reprodução em Minas Gerais no século XIX.” *Estudos Econômicos*, São Paulo, v.25, maio-ago., 1995.

_____ e KLEIN, Herbert S. “Escravos e livres nas Minas Gerais do século XIX: Campanha em 1831.” *Estudos Econômicos*. São Paulo; IPE/USP, 22(1): 129-151, jan./abr., 1992.

_____ & LIBBY, Douglas Cole, CRIMALDI, Márcia. “Crescimento natural dos escravos: uma questão em aberto.” *IV Seminário sobre a Economia Mineira, Anais*. Belo Horizonte: CEDEPLAR/FACE/UFMG.

_____ & ARNAUT Luiz D. H. “Fontes para o estudo de Minas oitocentista: listas nominativas.” *Anais do V Seminário sobre a Economia Mineira*. Belo Horizonte: CEDEPLAR/FACE/UFMG, 1990.

PIRES, Anderson José. *Capital agrário, investimento e crise na cafeicultura de Juiz de Fora (1870-1930)*. Niterói, RJ: Universidade Federal Fluminense, 1993. (Dissertação de Mestrado).

SALLES, Ricardo. *E o Vale era o escravo. Vassouras, século XIX. Senhores e escravos no coração do Império*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

SANTOS, Jonas Rafael dos. “Senhores e escravos: a estrutura da posse de escravos em Mogi das Cruzes no início do século XIX.” *Estudos de História*, Franca, v.9, nº.2, 2002.

SLENES, Robert. *Malungu, Ngoma vem!: África encoberta e descoberta no Brasil. Cadernos do Museu da Escravatura*, n. 1 (Luanda, Ministério da Cultura, 1995). (Reedição corrigida de: *Malungu, Ngoma vem!: África coberta e descoberta do [sic: leia-se “no”] Brasil. Revista USP*, n. 12, dez./jan./fev. 1991-92, p.48-67).

_____. *Na senzala uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava, Brasil sudeste, século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

_____. “Escravidão e família: padrões de casamento e estabilidade familiar numa comunidade escrava (Campinas, século XIX).” *Estudos Econômicos*, v. 17, n. 2, p. 217-227, maio/ago., 1987.